

## EDITORIAL DES(ACORDO) ORTOGRÁFICO

Dr. Antônio Gomes da Costa

Sempre que vem à baila o Acordo Ortográfico, que foi firmado, em 1990, pelos representantes dos governos dos países de Língua Portuguesa e que, para entrar em vigor, estava dependendo apenas da sua ratificação por parte dos respectivos parlamentos, reacende-se o debate e repetem-se os argumentos das duas correntes constituídas por gramáticos, lingüistas, acadêmicos e editores, muitos deles favoráveis às mudanças que estão previstas no referido protocolo e outros tantos contrários à admissão das novas regras.

Se o personagem queirosiano pudesse dar opinião sobre o assunto, certamente a daria com uma pitada de sarcasmo e alguma impaciência: “olhem, cuidem é do ensino do idioma, de formar gente que escreva corretamente o vernáculo e não se preocupem mais com o uso do trema, com a distribuição dos acentos ou com a extinção das consoantes mudas”.

De fato, a esta altura, de pouco adianta retomar as discussões que duram desde as primeiras tentativas da unificação ortográfica, no princípio do século XX. E também não faz sentido dizer que os portugueses querem ser os donos da língua e como tal impor as suas normas gráficas, ou acusar os brasileiros de pouco ligarem à etimologia das palavras e de pretenderem consagrar os vícios da escrita com a roupagem das simplificações.

O caso dos editores que compreensivelmente reivindicam mais tempo para liquidar os estoques dos livros impressos na ortografia atual, ainda se compreende, pois tentam evitar prejuízos, ou, quando não, fazem-no por temer a concorrência futura. Já o debate no campo acadêmico, por requentado, dificilmente pode trazer novos elementos que levem a mudanças de posições, quer dos que defendem um único código ortográfico para os 8 países onde a Língua oficial é o Português, quer dos que condenam as modificações fixadas no Acordo. Argumentar, como querem alguns, que a reforma de pouco vale, porque o cerne das diferenças está no léxico e na sintaxe, e mesmo porque se vão admitir grafias duplas, é empatar a questão e não tirar proveito das contro-

vérsias. Tampouco se pode retomar uma guerra *contra os acentos, ou propor outra excomunhão para as diversidades gramaticais*.

A esta altura, ou se leva a sério o que foi estabelecido e se resolve, com a anuência de todos os países signatários, colocar em prática as modificações acertadas, facilitando a utilização da Língua nos organismos internacionais como Língua de trabalho e as traduções de obras escritas em outros idiomas, ou, então, dê-se o dito por não dito, às leitugas com o Acordo, e siga-se o conselho acaciano: cuide-se do ensino e evite-se que o idioma seja cada vez mais mutilado na estrutura, empobrecido na forma e violado nas regras.

Ensinar o Português a nível de excelência vale mais do que qualquer reforma e dispensa as variantes da ortografia...